

“Princípios voluntários sobre segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado”

## **CDD pretende equilíbrio entre negócios, segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado**

**“O que se pretende em Cabo Delgado é ver as comunidades satisfeitas, as empresas fazerem os seus negócios, pagarem os impostos e cumprirem com a responsabilidade social e corporativa, e o empresariado local beneficiar da exploração dos recursos, num ambiente de paz e segurança.”**

Maputo – Assiste-se por todo o continente africano a um frenesim de exploração de recursos naturais, sem que haja benefícios para os povos, aos quais é negado o direito ao desenvolvimento. A exploração desses recursos acontece normalmente num ambiente de guerra e de violação dos Direitos Humanos. Cabo Delgado, no Norte de Moçambique, é uma província rica em hidrocarbonetos e em recursos minerais. Actualmente, a província está a ser alvo de ataques terroristas, que já provocaram cerca de 2.000 mortes e cerca de meio milhão de deslocados. Há vários relatos de violação dos Direitos Humanos e a população não beneficia dos proveitos da exploração dos recursos. Com o negócio do gás numa fase avançada, teme-se que Moçambique entre para o grupo de nações que vivem a chamada “maldição dos recursos naturais”. Foi pensando nisso que algumas organizações não-governamentais, o Governo e parceiros de cooperação organizaram um “Workshop de promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado, Moçambique”. O Centro para Democracia e Desenvolvimento, uma organização não-governamental que desempenha o papel de secretariado desse seminário, pretende um equilíbrio entre negócios, segurança e Direitos Humanos em Moçambique, especialmente em Cabo Delgado. “Em toda a África há um frenesim de exploração de recursos naturais. Na verdade, há aquilo que se chama economia ‘extractiva’ em África, onde a questão central é a exploração de recursos naturais, sem desenvolvimento e com clara violação dos Direitos Humanos e abusos dos Direitos Humanos”, disse o director executivo do Centro para Democracia e Desenvolvimento, Adriano Nuvunga, e acrescentou que, numa economia “extractiva” nega-se o direito ao desenvolvimento às comunidades, tal como acontece em muitas partes de África. Para ilustrar, Adriano Nuvunga cita o caso da República Democrática do Congo “que deve ser uma das nações mais ricas que há na face da Terra, mas tem a população mais empobrecida.” Segundo Adriano Nuvunga, em Cabo Delgado já se vive a questão do “extractivismo”. “Antes mesmo dos hidrocarbonetos, a

situação está a levar para a militarização da província e os abusos de Direitos Humanos, que tem estado muito antes do relatório da Amnistia internacional”, afirmou. Falando ao “Canalmoz”, Adriano Nuvunga disse que, com o seminário de dois dias, pretende-se estabelecer uma plataforma sobre negócios, segurança e Direitos Humanos como uma plataforma tripartida – organizações não-governamentais (a “sociedade civil”), o Governo, os parceiros de cooperação e as empresas nacionais e estrangeiras que estão presentes em Cabo Delgado – para debater a questão dos Direitos Humanos, a fim de se evitar abusos, assegurar o desenvolvimento das comunidades e garantir a segurança. Segundo Adriano Nuvunga, o que se pretende para Cabo Delgado é ver as comunidades satisfeitas, as empresas a fazerem os seus negócios, pagarem os impostos e a cumprirem a responsabilidade social e corporativa e o empresariado local a beneficiar da exploração dos recursos. Neste processo, o Centro para Democracia e Desenvolvimento conta com a parceria do Secretariado Internacional dos Princípios Voluntários e parcerias ao nível de África e do Mundo. O Governo está a participar através do Ministério da Defesa. Governo diz que está empenhado na promoção dos Direitos Humanos O “Workshop de promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado, Moçambique” tem a participação do ministro da Defesa, Jaime Neto, Ronan Bescond, director da “Total em Moçambique”, NneNne IwujiEme, alta-comissária do Reino Unido em Moçambique, e Luís Bitone, presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Falando durante abertura do seminário que decorre (ontem e hoje) na plataforma “zoom”, o ministro da Defesa Nacional, Jaime Neto, disse que o Governo está empenhado na promoção dos Direitos Humanos e quer que os recursos sejam explorados num ambiente de total tranquilidade. “O nosso compromisso consiste em assegurar que as actividades das populações tenham lugar num ambiente de paz. Para nós, garantir um ambiente de paz é salvaguardar os Direitos Humanos”, disse Jaime Neto. Por seu turno, Luís Bitone disse que o seminário “veio na altura certa”. “A presença deste painel é fundamental para o sucesso da iniciativa. O Governo tem obrigação especial de promover os Direitos Humanos. As empresas têm a obrigação de respeitar a salvaguarda das vidas. As empresas obrigam-se a respeitar as leis nacionais e os padrões internacionais. As empresas devem garantir o bem-estar das comunidades”, afirmou Luís Bitone. (André Mulungo)